



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640121 - MG (2021/0013187-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : TULIO MARCOS DE ARAUJO MOREIRA
ADVOGADO : TULIO MARCOS DE ARAUJO MOREIRA - MG113873
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VICTOR HUGO DE SOUZA MENDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR HUGO DE SOUZA MENDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.002645-6/000).

O paciente foi preso em flagrante em 25.10.2020 pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, I, c/c o art.14, II, ambos do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Após, houve a revogação da prisão mediante a imposição de medidas cautelares menos gravosas.

Em 18.12.2020 foi decretada novamente a prisão preventiva do paciente, vindo a ser efetivada em 11.01.2021.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Pondera que "a magistrada singular decretou a prisão preventiva do Paciente pelas mesmas razões que, em outra oportunidade, haviam sido empregadas para conceder-lhe a liberdade provisória com monitoração eletrônica" (e-STJ fl. 9).

Defende que "somente novos fatos e/ou o descumprimento das cautelares diversas impostas poderia dar ensejo à nova decretação da prisão, não se observando nenhuma das circunstancias" (e-STJ fl. 12).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE
MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE
INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA
N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.
AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada.

No ponto, colhe-se da decisão combatida (e-STJ fl. 181):

[...]

Analizando os motivos da pretensão, bem como atento à legislação específica aplicada ao caso, a priori, percebo não haver elementos que me levem à concessão da liminar. É que, ao contrário do sustentado pela impetração, a decisão a quo (Doc. Único, fls. 154/163), *prima facie*, encontra-se devidamente fundamentada, em razão da existência dos requisitos da cautelar máxima (CPP, arts. 312 e 313, I e II), sobretudo em face da garantia da ordem pública. Afinal, depreende-se dos autos, sobretudo da Representação Policial/Requerimento Ministerial (Doc. Único, fls. 141/ 149 e 150/153), que Victor Hugo, ora paciente, na companhia de outros suspeitos, teria ceifado a vida de W.V.J., auxiliando diretamente seus comparsas com informações da localização da vítima, fatos estes que, conforme salientado pela impetrada, ostenta gravidade e demonstra a periculosidade do agente para conviver em sociedade. Não bastasse, o agente é reincidente em crime doloso. Logo, a prematura revogação do cárcere pode inviabilizar a noção de res peito ao ordenamento social, tão caro à expectativa de segurança da população.

Por isso aqui, em análise *perfunctória* percebe-se que a decisão impugnada não traduz ato de coação ilegal a justificar a antecipação da tutela. Isso porque o presente momento se prende à rasa análise da legalidade da medida constritiva ou constatação de gritante violação ao direito deambular do paciente, o que, *primo ictu oculi*, não se observa.

Quanto às demais teses, não percebi que referidas

máculas restaram caracterizadas prima facie, a ponto de ensejar uma decisão de plano. Afigura-me indispensável as informações da d. Juíza prolatora, mormente em razão da CAC/FAC (atualizadas). De qualquer sorte, entendo que a matéria melhor estará joeirada ao crivo da Turma Julgadora, por ocasião do julgamento do mérito.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência